



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS - NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Parecer nº 38542046/2024-NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Processo nº: 08460.004039/2024-76

Interessado: LUIANA VILAFANE ANTONIO CARDOSO

PARECER

Trata-se de Auto de Infração e Notificação nº 0133\_00587\_2024 em desfavor de LUIANA VILAFANE ANTONIO CARDOSO, nacional do país ANGOLA, nascida aos 18/09/2000, sexo Feminino, portadora do PASSAPORTE COMUM nº N2302835, ingressou ao território nacional em 28/03/2023, pelo AEROPORTO INTERNACIONAL GOV. ANDRÉ FRANCO MONTORO, classificada como RESIDENTE (1), com prazo inicial de estada até 28/03/2024, infringiu o disposto no Art. 109, II, da Lei nº 13.445/2017, RESOLVE aplicar-lhe a multa de R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais) pela seguinte prática: ultrapassar em 201 dias o prazo de estada legal no país.

A estrangeira encontra-se com processo de Autorização de Residência em andamento/suspenso.

Recebido tempestivamente, dentro do prazo legal previsto no §4º do Art.309 do Decreto nº 9199/2017, passo a analisar.

Preliminarmente, informo que o auto em análise fora aplicado corretamente em consonância com o Decreto regulamentador da Lei 13445/2017:

*Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:*

***II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:***

*Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;*

**Da Defesa**

Argumenta em sua defesa que faz quase 5 anos que mora no Brasil, morava em São Paulo, mas se mudou para o Rio de Janeiro a um mês e estava com dificuldades de arcar na Polícia Federal de São Paulo.

Não tem condições de pagar a multa para receber o documento da residência de acordo CPLP, pois recebe dinheiro de Angola, mas por conta da desvalorização da moeda angolana na conversão, recebeu poucos reais.

Fazia estágio remunerado, mas terminou a 3 meses e desde lá está a procura de um trabalho.

Que está tendo dificuldades de pagar a universidade também e a vida em São Paulo estava muito cara, por isso se mudou para o Rio de Janeiro para morar com um familiar.

### **Do Mérito**

Alega que ficou ilegal, pois não conseguiu agendar seu atendimento em São Paulo.

Que atualmente mora no REio de Janeiro e veio a Polícia Federal solicitar a residência pelo acordo CPLP.

Fazia estágio remunerado, mas terminou a 3 meses e desde lá está a procura de um trabalho.

Que não tem condições de pagar a multa imposto, pois não trabalha.

Juntou extrato bancário, comprovante de residência e declaração do estágio.

Trata-s de hipossuficiência declarada pelo requerente, de acordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e conforme Declaração de Hipossuficiência Econômica da Portaria MJ nº 218/2018.

### **LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.**

*Art. 4o Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:*

***XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;***

### **Conclusão**

Diante do exposto, sugiro o RECONHECIMENTO da hipossuficiência de LUIANA VILAFANE ANTONIO CARDOSO

**LUCIANO DIAS DA SILVA**  
Agente de Polícia Federal  
Chefe do NRE/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DIAS DA SILVA**, Agente de Polícia Federal, em 21/11/2024, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=38542046&crc=323F9F70](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38542046&crc=323F9F70).  
Código verificador: **38542046** e Código CRC: **323F9F70**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE MIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Decisão nº 38559899/2024-DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

Processo: 08460.004039/2024-76

Assunto: **Auto de Infração e Notificação nº 0133\_00587\_2024 - LUIANA VILAFANE ANTONIO CARDOSO**

1. Ciente e de acordo com o teor do Parecer(38616149) cujos fundamentos adoto como razão de decidir, com redução da penalidade aplicada por intermédio do Auto de Infração nº 0133\_00587\_2024 ao mínimo legal.
2. Restitua-se ao NRE/DELEMIG para comunicação e demais providências de sua alçada.

**VIVIANE DE SOUZA FREITAS**  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe da DELEMIG/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE DE SOUZA FREITAS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 02/12/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=38559899&crc=164B35BA](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38559899&crc=164B35BA).  
Código verificador: **38559899** e Código CRC: **164B35BA**.